



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Requisição do Demandante

Solicitante

12350 – JANE DE SOUSA MELO
CPF: 69432066134
Coordenadoria Militar - SDCR
jane.melo@tjmt.jus.br 65999837510

Informações Gerais

Modalidade:

Pregão Eletrônico

Objeto:

Material permanente

Descrição:

Aquisição de Bloqueadores de Gravação de Áudio digital e analógico utilizados pela Assessoria Militar de Informações e Operações (

Itens de Aquisição

00076310 - BLOQUEADOR PARA LINHA TELEFONICA BLOQUEADOR DE GRAVADORESDE AUDIO ANALOGICO E DIGITAL (NAO E PARA LIGACOES TELEFONICAS), IMPEDINDO REGISTROS NAO AUTORIZADOS EM CONVERSAS DE ESCRITORIOUMAUM, EM SEUS ESPACOS DE REUNIAO, EM SUAS SALAS DE CONFERENCIA, SANTOR FORNECE AOS GOVERNOS, AGENCIAS, INSTITUICOES PUBLICAS E EMPRESAS VIGILANTES EM TODO O MUNDO UMA SOLUCAO QUE REDUZ SIGNIFICATIVAMENTE O RISCO DE ESCUTAS E GRAVACOES INDESEJADAS. NOME EM INGLES: SANTOR HARP SPEECH PROTECTOR.

Critérios de Sustentabilidade:

Sim

Motivo:

Critério:

2 - Social

1 - Ambiental

Itens CNAE:

--



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Justificativa da Necessidade:

A utilização de Bloqueadores de Gravadores de Áudio Analógico e Digital, modelo HARP SPEECH PROTECTOR, é imprescindível às atividades desenvolvidas pela Assessoria Militar de Informações e Operações (AMIO), vinculada à CMil/TJMT, como ferramenta de contramedida técnica, atuando na neutralização de capturas não autorizadas de áudio em reuniões e ambientes estratégicos, assegurando o cumprimento das normas de segurança da informação e de proteção de dados, inclusive em consonância com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A atividade de contrainteligência, pilar da segurança institucional, contempla ações sistemáticas de prevenção, detecção, obstrução e neutralização de ameaças, protegendo dados, informações e recursos humanos ou materiais. Ressalta-se que, além do uso permanente dos bloqueadores, são realizadas varreduras técnicas periódicas nos ambientes sensíveis, com vistas à detecção e eliminação de eventuais dispositivos de espionagem. 4.7. Em 2024, o TJMT realizou a aquisição inicial de 04 unidades do Bloqueador HARP SPEECH PROTECTOR, por meio do Contrato nº 024/2024 – CIA 0010687-19.2024, em razão da disponibilidade orçamentária vigente. Para 2025, está prevista a ampliação do quantitativo com mais 04 unidades, que permitirão uma cobertura ampla e completa dos ambientes estratégicos principalmente da sala de reuniões da Presidência do TJMT, além de outros espaços sensíveis que demandem reforço nas medidas de proteção. 4.8. Tal aquisição está devidamente alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, especificamente aos objetivos constantes no Plano de Trabalho Anual (PTA) e Plano Anual de Contratações (PAC) de 2024 e 2025, e ao OKR 2024 – KR1, que estabeleceu como meta a "mitigação dos riscos de gravações não autorizadas de conversas em reuniões sensíveis, mediante a aquisição de 4 equipamentos HARP", representando uma redução de 50% do risco identificado em 2024, com previsão de mitigação total (100%) mediante a aquisição complementar em 2025. 4.9. Dessa forma, a demanda ora formalizada por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), visa à contratação complementar dos Bloqueadores de Gravadores de Áudio Digital e Analógico – modelo HARP SPEECH PROTECTOR, assegurando a continuidade da política de segurança institucional, além de atender integralmente às premissas técnicas, operacionais e estratégicas delineadas para garantir um ambiente seguro, livre de ameaças às informações sensíveis do Poder Judiciário

Informações Complementares:

Documentos para Habilitação

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

GESTÃO DE RISCO - Fase de Planejamento - Fase de Seleção do Fornecedor - Fase da Execução

ESTIMATIVA DE PREÇO

FICHA ESTRATÉGICA

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA (PDF)

TERMO DE REFERÊNCIA (RTF - FORMATORICH TEXT)



**ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

A autorização da Presidência não desincumbe a área demandante de comunicar a Coordenadoria Declaro, para fins de direito, sob as penas da lei, que as informações constantes nos documentos que apresento são verdadeiras e autênticas. Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, e passível de apuração na forma da Lei.

(Documento Assinado Digitalmente)

12350 – JANE DE SOUSA MELO
Coordenadoria Militar - SDCR